



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
DIRETORIA-GERAL

**ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE DELIBERAÇÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA ESCOLA
SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO – 2026.**

Em 08 (oito) de julho de 2026, às 14h02, a Diretoria-Geral, valendo-se de meio virtual, na forma prevista no Estatuto da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), (art. 7º, § 4º), deu início à 7ª sessão extraordinária de deliberação do Conselho Administrativo (CONAD) do ano de 2026 para análise de 03 (três) propostas, quais sejam: **1)** proposta de inclusão de 03 (três) novas atividades no Plano de Atividades (PA) de 2026; **2)** proposta de alteração de modalidade de 02 (dois) cursos de aperfeiçoamento já aprovados no PA 2026; **3)** ratificação das aprovações *ad referendum* do CONAD ocorridas entre janeiro e junho de 2026. O **item 1** trata da proposta de inclusão de um curso de aperfeiçoamento híbrido, um curso de aperfeiçoamento com parte EAD e parte presencial e um seminário EAD, no Plano de Atividades de 2026 da ESMPU. A primeira atividade, intitulada “Aplicação prática das Leis nº 15.358/2026 e nº 15.397/2026”, proposta pelo Grupo de Atuação Especial no Combate aos Crimes Cibernéticos e aos Crimes praticados mediante o uso de Tecnologias de Informação do Ministério Público Federal, tem o propósito de estudar as Leis nº 15.358/2026 e nº 15.397/2026 e seus impactos sobre as investigações criminais conduzidas pelo MP. A segunda atividade nova, intitulada “Formação dos Facilitadores em Justiça Restaurativa – Módulo III: Formação Continuada”, tem o objetivo de acompanhar e apoiar a implementação dos projetos de Justiça Restaurativa elaborados por facilitadores em formação, nas capacitações realizadas em 2025 e 2026. Da mesma forma que a formação anterior, a atividade seria realizada em dois módulos: EAD em 2026 e presencial em 2027. A terceira atividade seria um webinar intitulado “Assédio Eleitoral na Administração Pública”, proposto pelo MPT. A atividade abordará o enfrentamento ao assédio eleitoral na Administração Pública sob múltiplos enfoques — a atuação do Ministério Público do Trabalho, o papel estratégico dos sindicatos, a Convenção 190 da OIT e a cooperação interinstitucional, a jurisprudência do STF e a responsabilidade civil por assédio eleitoral como poluição labor-ambiental. O **item 2** trata da proposta de alteração da modalidade de dois cursos de aperfeiçoamento originalmente aprovados para serem ofertados como EAD síncrono. Os orientadores pedagógicos das duas atividades apresentaram a proposta para que ambas fossem ofertadas como cursos presenciais, em razão da temática abordada e da dinâmica pedagógica que será utilizada nas duas formações. O primeiro, intitulado “MPEduc: aprofundamento do diagnóstico e atuação eficaz das políticas públicas de educação básica”, abordará o aprofundamento do diagnóstico e da atuação em políticas públicas de educação básica, com foco na identificação e mitigação de problemas recorrentes, uso adequado de ferramentas e sistemas, temas específicos e negligenciados, alinhamento às políticas nacionais e atendimento a vulnerabilidades, além do fortalecimento da colaboração institucional. O segundo, intitulado “Recuperação de ativos”, tem por objetivo transmitir conhecimentos teóricos e práticos sobre recuperação de ativos, além de marcar a atualização do roteiro do MPF sobre recuperação patrimonial e recuperação de ativos. O **item 3** da pauta refere-se às duas aprovações de atividades *ad referendum* do CONAD que, em razão da exiguidade do tempo e/ou pelo baixo impacto orçamentário, foram despachadas pela Diretoria-Geral da ESMPU de janeiro de 2026 até o presente momento. Para análise dos itens, foram encaminhadas às Conselheiras e ao Conselheiro planilhas com as listagens de atividades em cada um dos itens da pauta, contendo o título da atividade, a descrição dos objetivos, tipo, modalidade, carga horária, indicação de orientador(a) pedagógico(a), estimativa de custos, bem como os despachos de encaminhamento da área técnica da ESMPU. A Diretora-Geral informou a disponibilidade orçamentária existente no momento para todas as atividades propostas. A Conselheira Gisele Elias de Lima Porto Leite, do Ministério Público Federal informou estar de férias e pediu que acionasse o seu substituto para manifestar na presente deliberação. Observado o prazo fixado para a deliberação, apurou-se que a Conselheira Dra. Deborah da Silva Félix (MPT); a Conselheira Dra. Ana Cristina da Silva (MPM); o Conselheiro Dr. Roberto Carlos Batista (MPDFT); e o Conselheiro substituto José Alfredo de Paula Silva (MPF) manifestaram-se pela aprovação dos itens da pauta, tendo a Diretora-Geral Dra. Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento acompanhado o voto apresentado pelos demais Conselheiros. Por fim, declarou a Diretora-Geral, no mesmo meio virtual – grupo de WhatsApp, composto por todos os membros votantes do CONAD, a **APROVAÇÃO** das propostas de inclusão de 03 (três) novas atividades e de alteração de modalidade de 02 (dois) cursos de aperfeiçoamento já aprovados no Plano de Atividades de 2026, bem como a ratificação das aprovações *ad referendum* do CONAD ocorridas entre janeiro e junho de 2026. Nada mais havendo a relatar, eu, Denis Aron dos Santos Magalhães, Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral da ESMPU, lavrei esta ata, que vai assinada pela Presidente do Conselho e por mim, devendo ser publicada no sítio eletrônico da ESMPU.



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Branquinho Pimenta Mamede Nascimento, Diretora-Geral**, em 09/07/2026, às 19:29 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Denis Aron dos Santos Magalhães, Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral**, em 10/07/2026, às 09:56 (horário de Brasília), conforme a Portaria ESMPU nº 21, de 3 de março de 2017.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.escola.mpu.mp.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **0684243** e o código CRC **99F334CA**.

SGAS 603, lote 22 - Bairro Asa Sul - CEP 70200-630 Brasília - DF
Telefone: (61) 3553-5300 - <http://escola.mpu.mp.br/>

Processo nº: 0.01.000.1.001763/2026-45
ID SEI nº: 0684243